



A relevância sociopolítica do conceito de desenvolvimento sustentável

Daniel Lemos Jeziorny¹

RESUMO

O objetivo é iluminar a relevância sociopolítica do conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) num contexto de crise capitalista. Isto, a luz de ideias que circundam distintas correntes teóricas que tomam lugar na seara do pensamento crítico acerca da forma de apropriação da Natureza no capitalismo. Para tanto, são ligeiramente tangenciados pontos da Ecologia Política, da Ecologia Social, da Economia Ecológica e do Ecomarxismo, enquanto esforços teóricos que, em diferentes medidas, identificam a crise ambiental como aspecto de uma crise civilizatória.

Palavras chave: Desenvolvimento Sustentável; Ecomarxismo; Ecologia Política; Ecologia Social; Economia Ecológica.

RESUMEN

El objetivo es iluminarla atual relevância del concepto del Desarrollo Sostenible em un contexto de crisis capitalista. Esto, a la luz de ideas que rodean alrededor de ciertas corrientes que, por su turno, toman lugar en el pensamiento crítico acerca de la forma de apropiación de la Naturaleza en el capitalismo. Puntos de la Ecología Política, de la Ecología Social, de la Economía Ecológica y del Ecomarxismo son tangenciados, como esfuerzos teóricos que comparten elementos en común, a la vez que identifican la crisis ambiental como un aspecto de crisis de un modelo civilizatorio.

Palabras clave: Desarrollo Sostenible; Ecomarxismo; Ecología Política; Economía Ecológica; Ecología Social;

ABSTRACT

The objective is illuminate the sociopolitical relevance of Sustainable Development concept, bringing together circulating ideas between streams that take place into critical thinking about the form of appropriation of Nature in capitalism. Points of Political Ecology, Social Ecology, Ecological Economy and Ecomarxism are touched upon as theoretical efforts that share common elements regarding the nature of the appropriation of Nature. In such a way that they identify the crisis as an environmental aspect of a civilizing model.

Keywords: Ecomarxism; Political Ecology; Ecological Economics; Social Ecology

¹ Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia. Contato: daniel.jeziorny@ufba.br



I. Introdução

O modo de produção capitalista avança. Em seu processo de evolução, as repercussões sobre o espaço e sobre a Natureza são cada vez mais significativas. A Revolução Industrial é emblemática nesse desenrolar, ao marcar a passagem do Holoceno ao Antropoceno, praticamente inaugura uma nova fase do metabolismo social, cuja forma de interação do homem com o espaço modificara-se notavelmente. Com efeito, é importante reconhecer que a era moderna, mais do que qualquer outra, requalifica e intensifica as repercussões da ação humana sobre a Natureza. A rigor, muitas destas repercussões manifestam-se sob a forma de problemas – para não mencionar catástrofes – ambientais.

Atualmente, tanto no âmbito das ciências naturais como sociais aplicadas, pesquisadores das mais distintas e mesmo divergentes correntes teóricas alertam: tais contradições têm se tornado cada vez mais constantes e, não raras vezes, seus efeitos preocupam, inclusive no que toca às condições de manutenção da vida humana na Terra. No campo da Ciência Econômica, advogam aqueles que se aglutinam em defesa da interpretação atualmente hegemônica, a economia neoclássica, por intermédio de sua vertente “Economia Ambiental”, que a saída aos problemas “ambientais” passa fundamentalmente pelo mercado.

Aos arautos da Economia Ambiental, portanto, o “desenvolvimento sustentável” do modelo de civilização que nascera na Europa às voltas do sec XVI é plenamente possível, trata-se, sobretudo, de determinar preços corretos para os recursos e serviços ecossistêmicos, o que conduziria “naturalmente” a utilização mais eficiente destes. Complementarmente, as inovações tecnológicas se encarregariam de produzir substitutos (perfeitos) para aqueles “recursos naturais” que, por (des) ventura, se tornassem indisponíveis.

Modestamente aos nossos olhos, a evolução da produção mercantil, regida pela lógica da acumulação de capital, parece nos encaminhar a passos cada vez mais largos, não na direção de um quadro de maior “eficiência” no aproveitamento dos “recursos naturais”, mas, antes, para um “abismo”.

Em 2011, por exemplo, um relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), intitulado “*State of the World's Land and Water Resources for Food and Agriculture*” (2011), apontou que 25% dos solos agriculturáveis do planeta estavam degradados. Problema derivado, sobretudo, das práticas agrícolas típicas da chamada “Revolução Verde”¹, que não se furtam de

¹ A “Revolução Verde” está relacionada à introdução de um pacote de inovações que aumentara significativamente a produtividade na agricultura. Nesse novo padrão tecnológico



causar erosão hídrica e eólica, perda de matéria orgânica, compactação do solo superficial, salinização, poluição e perda de nutrientes, ademais de outros efeitos indesejados e perniciosos aos distintos ecossistemas em que são aplicadas.

A despeito desse sinal de alerta, em outro estudo, "*Status of the World's Soil Resources*" (2015), a instituição constata que a degradação não dera tréguas, ao contrário, alcançara um terço dos solos, revelando o avanço na degradação dos espaços disponíveis à agricultura.

Quando contrastamos tal constatação com as projeções da própria FAO, de que a população mundial alcance 9 bilhões de almas em 2050, uma dúvida emerge quase que inextricavelmente: quais os limites e possibilidades de um modelo civilizacional que, através de seu modo de produção hegemônico, degrada crescentemente as condições gerais de produção? E se levarmos em conta que muitas destas condições são finitas, dentro de um espaço limitado?

Em que pese a resposta, nossas preocupações se reforçam quando, a par da crítica situação dos solos agriculturáveis, assestamos à situação de outro "recurso" fundamental, não apenas à produção de alimentos, mas a própria manutenção da vida na Terra: a água. Quanto àquilo que poderíamos chamar de "distribuição funcional dos recursos hídricos", talvez seja conveniente relembrar que, mundialmente, cerca de 70% da água tratada destina-se às atividades do agronegócio, cuja produção de 1kg de carne bovina consome em média 16.000 litros, 1kg de soja e cana de açúcar outros 1.800 litros cada. A par do agronegócio, outro símbolo do desperdício é o da mineração. No estado brasileiro de Minas Gerais, por exemplo, os minerodutos transportam cerca de 374 milhões de toneladas de minério de ferro anualmente, mas, carregam junto cerca 37,5 milhões de litros de água por dia, volume suficiente para o consumo de 200 mil pessoas.

Além dos problemas relacionados diretamente à esfera produtiva, que o modelo de desenvolvimento tipicamente embasado no extrativismo (grandes monoculturas e mineração) tem causado aos ecossistemas, é importante reconhecer, também, os seus efeitos perniciosos no que diz respeito à distribuição, haja vista que a natureza desse tipo de apropriação da Natureza repercute diretamente sobre o aumento da desigualdade social. Nessa linha, o exemplo do

encontram-se sementes geneticamente modificadas, maquinários (tratores, colheitadeiras...) e insumos químicos, sobretudo fertilizantes e fitossanitários (agrotóxicos!). Além de estar embasada, a rigor, em inovações poupadoras de mão-de-obra, a Revolução Verde também é associada à "modernização conservadora" na agricultura brasileira, pois manteve a sua estrutura agrária. Como no Brasil esta estrutura é altamente concentrada, a modernização conservadora contribuiu para aprofundar desigualdades. Sobre esse assunto, consultar Graziano da Silva "A nova dinâmica da agricultura brasileira" (1996), ou ainda "A modernização dolorosa" (1981).



que tem ocorrido, atualmente, no Brasil, segue emblemático: reconhecido pela força de seu agronegócio, cerca de 30% da riqueza se encontra nas mãos de apenas 1% da população – de acordo com recente estudo liderado pelo economista francês Thomas Piketty.

Ainda que seja crítica a situação em países de capitalismo tardo burguês, como o Brasil, onde o atual modelo (neo) extrativista se aprofunda e onde os conflitos pela terra – e pela água – crescem, as contradições entre o capital e a Natureza manifestam-se mundialmente.

Um relatório da ONU (2015) afirma que 748 milhões de pessoas não têm acesso a fontes de água potável. Além disso, morrem, no planeta, cerca de 1,8 milhões de crianças, como consequência direta da falta de saneamento básico. Para além desses dados – que sugerem a barbárie civilizatória que vivenciamos – o referido estudo aponta que as reservas hídricas planetárias podem reduzir-se em 40%, até 2030. Dito de outra forma, a já instalada crise hídrica tende a se aprofundar, especialmente em regiões como o Oriente Médio e a África Subsaariana, onde mazelas como a pobreza extrema são ainda exasperantemente significativas.

Todavia, em que pese o crescente conjunto de dados que revelam diferentes manifestações da degradação em curso, o que pretendemos discutir, neste trabalho, não são específicos impactos negativos do modo de produção capitalista sobre as condições gerais de produção, ou, exemplos da depleção da Natureza pelo avanço das forças produtivas [e também destrutivas] do capital. Sobre isto, não é difícil consultar uma lista suficientemente extensa e cada vez mais diversa de estudos e investigações sérias e aprofundadas em diferentes e reconhecidos periódicos acadêmicos, ou mesmo buscar informações divulgadas nos mais diversos meios de comunicação – quase que diariamente. Não visamos, neste trabalho, apontar “gargalos” e sugerir soluções “técnicas”, rotas ao contorno de eventuais obstáculos de um rumo pré-determinado – supostamente indiscutível.

Pelo contrário, nos furtamos em apontar expressões concretas de tais repercussões, ou contradições. Porém, ao passo que buscamos jogar luz em outras duas direções: a interpretação ontológica destes problemas e a construção epistemológica de uma estratégia de ação para superá-los em sua natureza. É com esse fito que as correntes teóricas sumarizadas na segunda parte do trabalho são contrastadas. Com isso, esperamos identificar, com um pouco mais de nitidez, elementos capazes de apontar direções alternativas, sobretudo, por entendermos o momento atual como aquele em que uma bifurcação histórica se aproxima. Pretendemos, portanto, discutir o rumo.



E, a rigor, estamos cada vez mais convictos de que a necessária reflexão a respeito dos caminhos possíveis passa, fundamentalmente, por uma discussão conceitual, que permeie conceitos centrais, capazes de orientar a trajetória. Na medida em que conceitos sejam, de fato, ferramentas à apreensão da realidade que se pretende transformar, Desenvolvimento Sustentável (DS) é um dos que cobra maior importância nesse momento, por sua capacidade de funcionar como um “norte”, na trilha cuja abertura se torna cada vez mais urgente. Nos parece imprescindível, no entanto, que a reflexão ocorra dentro um quadro analítico que vise apontar, minimamente, os limites e possibilidades de cada interpretação teórica. É nessa seara que o trabalho em tela se insere.

Não temos a pretensão, aqui, de esgotar uma tarefa dessa envergadura – mesmo porque ela nos soa praticamente “hercúlea”. No entanto, esperamos que o tipo de exercício a que nos propomos iniciar, por ora, proporcione terraplanar boa parte do terreno no qual pretendemos calcar, futuramente, bases conceituais sólidas à construção de discussões posteriores. Estas, por sua vez, ao almejo de perspectivas menos “míopes” da questão ambiental vigente, que possibilitem horizontes mais amplos de análise e argumentação, oxalá, de prospecção teórica à ação prática consciente e inteligentemente planejada. Mas, guardemos fôlego, aos trabalhos e desafios futuros.

Na seção imediatamente subsequente a esta introdução, são brevemente sumarizadas algumas ideias axiais (ainda que muitas vezes ambíguas) de certas interpretações que defendem a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento típico da modernidade: o capitalista. Haja vista que, em nenhum momento, tais interpretações se proponham a questionar a própria natureza no modelo de apropriação da Natureza, que por seu turno conduziu ao agravamento dos problemas ditos “ambientais”, na segunda parte do trabalho resgatamos traços de algumas correntes que, em alguma medida, relacionam os “problemas ambientais” à natureza do modo de produção capitalista. Fechamos com algumas considerações finais.

Através deste exercício ainda incipiente de reflexão teórica, nosso objetivo é iluminar, mesmo mediante feixes um tanto tímidos, a atual importância sociopolítica do conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS). Isto, a luz de ideias que circundam distintas correntes teóricas que tomam lugar na seara do pensamento crítico acerca da forma de apropriação da Natureza no capitalismo. Para tanto, são ligeiramente tangenciados pontos da Economia Ecológica, da Ecologia Política, da Ecologia Social e do Ecomarxismo.



II. O “Desenvolvimento Sustentável” da Civilização Moderna

A modernidade pode ser descrita a partir de diferentes óticas. No entanto, a mais comumente utilizada – e quiçá aceita – é aquela que a identifica, grosso modo, com a passagem para uma nova concepção de controle, um novo mapa cognitivo, um ideário inaugurado pelo pensamento descartiano, em lugar e superação das instituições típicas da Idade Média. Fundada na autonomia, mas, sobretudo, na superioridade da razão sobre as “trevas” do catolicismo, a modernidade suplanta a lógica da escolástica, para colocar o homem e suas realizações no centro do universo – portanto, numa perspectiva antropocêntrica.

Nesse contexto, conforme sugerimos acima, a Revolução Industrial desponta como ápice das realizações do ideário moderno. À ponto de Hobsbawm (2014) assinalar que se trata da mais radical transformação da vida humana, já registrada em documentos escritos. O desenvolvimento da ciência, por exemplo, aplicada ao mundo dos negócios, que ajudou a dar forte impulso às forças produtivas, concorre para consubstanciar também a ideia de que o homem é senhor, não apenas de si, mas do mundo – que ele é capaz de dominar, transformar a seu bel-prazer. A Natureza, assim, passa a lhe servir, como mera fonte de “recursos naturais”.

Por essa concepção de controle o modo de produção capitalista evolui, se desenvolve e aprofunda suas raízes, no espaço como nas instituições que lhe embasam e reorientam o sentido da ação humana. Isto, mediante um significado cada vez mais monolítico, tanto que virá a se fortalecer na Ciência Econômica uma escola de pensamento fundamentada num modelo de racionalidade reducionista – por reduzir a escolha humana, praticamente, a um único imperativo: “mais é preferível a menos”.

“A César o que é de César”. Se este pensamento ajudou a trazer grandes conquistas do ponto de vista material, pois, em alguma medida, contribuíra ao avanço das forças produtivas; também é verdade que as repercussões desse avanço não foram apenas positivas. Hoje, o modelo civilizacional que se desenvolvera a partir da produção mercantil não pode deixar de almejar a – tão alardeada – “sustentabilidade ambiental”. Ademais, em que pese a pletora material, ela não está acessível a todos. Talvez por isso, um dos conceitos em disputa mais importantes, atualmente, seja justamente o de Desenvolvimento Sustentável (DS).

Para Veiga (2010), o Desenvolvimento Sustentável é com certeza um dos mais generosos ideais do século passado. Comparável, apenas, ao bem mais antigo anseio por justiça social. Porém, se ambos são valores fundamentais de nossa época, por exprimirem desejos coletivos como a paz, a democracia, a liberdade e a igualdade. O DS é ainda uma noção nebulosa e ambígua, que precisa ser



destrinchada. Que requer um exame minucioso dos argumentos científicos disponíveis sobre seus dois componentes: o substantivo “desenvolvimento” e o adjetivo “sustentável”.

São muitas as inquietações e desafios a despontar neste âmbito. E ainda que possa haver alguma dificuldade em observá-las a partir de um ponto de vista único, homogêneo no que diz respeito ao movimento ambientalista, de forma geral todos remetem a uma preocupação com o futuro do homo sapiens na Terra. Além do mais, há de se reconhecer o “problema ambiental” enquanto tributário da morfologia social, da estrutura não apenas econômica, mas também política das sociedades. A hierarquia social conta. Os meios pelos quais as elites disseminam seus valores importam, trazem consequências à sociedade e refletem a forma pela qual os recursos naturais – ou “bens comuns” – são administrados. E se o paradigma social dominante é uma ideologia que se alastra embasada em alicerces mecanicistas, existem os que a desafiam, dentre os quais aqueles que têm argumentado a importância de se incorporar princípios ecológicos na teoria e prática das organizações; mas também os que buscam uma lente analítica diferente daquela que projeta o mundo como uma função linear. (EGRI E PINFIELD, 2001).

Muitas definições de desenvolvimento sustentável podem ser encontradas na literatura. Conquanto a de Drover e Handmer (1992, apud Iyer-Raniga e Treloar 2000) seja peculiar, pois reconhece a natureza evolucionária dos sistemas ecológicos e naturais. Para eles, sustentabilidade significa a habilidade de um sistema humano, natural ou misto de resistir, de adaptar-se a mudanças endógenas ou exógenas, indefinidamente. Desenvolvimento Sustentável, nesse caso, seria um caminho de mudança deliberada que mantém ou aumenta os atributos de um sistema complexo, adaptativo, enquanto responde às necessidades da população presente sem comprometer o desenvolvimento das gerações futuras. De maneira geral, há três conceitos básicos subjacentes a esta definição: (i) mudança contínua, (ii) incerteza e (iii) interdependência dos sistemas humanos com outros sistemas na biosfera. Com este pano de fundo, Iyer-Raniga e Treloar (2000) exploram alguns princípios da teoria evolucionária para desenrolar uma discussão não apenas acerca de um conceito de DS, mas também, e principalmente, da necessidade de utilização de uma ótica adequada à apreensão do processo inovativo e à construção de políticas públicas focadas na sustentabilidade.

Aos formuladores de políticas públicas, recomendam a utilização de uma lente capaz de colocar no centro do foco analítico – conjuntamente – as três dimensões do Desenvolvimento [Sustentável]: a econômica, a social e a ambiental; indissociáveis conforme já havia sido afirmado no “Relatório Brundtland” (1987). E



se não há como tratá-las em separado, na medida em que lança mão de uma abordagem sistêmica, a Teoria Evolucionária absorveria maior poder de explicação acerca dos fenômenos socioeconômicos e ambientais, uma vez que os analisa a partir da interação entre seus diversos elementos de forma não-linear. Social, econômico e ecológico são componentes de um único sistema, partes integradas de um todo, e, justamente por isso, se afetam conjuntamente.

Resgatando a acepção seniana, Abramovay (2010) afirma que o DS é o processo de ampliação permanente das liberdades substantivas dos indivíduos, em condições que estimulem a manutenção e a regeneração dos serviços prestados pelos ecossistemas às nossas sociedades. Ele é formado por uma infinidade de fatores determinantes, mas cujo andamento depende da presença de um horizonte estratégico, arquitetado entre seus diversos protagonistas.

Nessa linha, Özkaynak et al (2004) lembram que operacionalizar um conceito de sustentabilidade em termos de prescrições de política é muito mais problemático do que alcançar um consenso acerca deste conceito. Ao apontar diferenças básicas entre as abordagens de economistas “ambientais” e “ecológicos”, principalmente na forma pela qual encaram a “valoração” dos recursos naturais, os autores concluem que a definição de sustentabilidade, sozinha, é incompleta, carece de evidências de como pode ser operacionalizada.

Não obstante, El Serafy (1989) propõe uma forma de se planejar a mudança qualitativa, ao afirmar que o custo de uso de um recurso exaurível, deveria ser calculado de forma a ser o seu equivalente reinvestido em “ativos” que possam fornecer “renda futura”. Ideia resgatada do trabalho de Daly (1990), um dos percussores da Economia Ecológica.

III. Economia Ecológica: o problema da escala e da velocidade de reprodução sistêmicas

Aos que integram a corrente de pensamento da Economia Ecológica, dos quais GeorgescuRoegen e Herman Daly despontem, talvez, como os mais reconhecidos, o problema do “Desenvolvimento Sustentável” se resume, praticamente, a uma questão de encontrar a escala e a velocidade ótimas ao sistema econômico, haja vista tanto a finitude como a capacidade de regeneração dos recursos naturais que servem de insumos às atividades produtivas. A rigor, trata-se de um campo de pesquisa que estuda a interdependência e a coevolução dos sistemas econômicos com os ecossistemas. Por isso, defendem a necessidade de se compatibilizar a escala e a velocidade de reprodução do sistema produtivo



com os limites biofísicos do planeta. Para esses autores, existem limites físicos ao crescimento econômico, daí que, em algum momento, deveremos “desacelerar”¹.

Do ponto de vista da Economia Ecológica, Romeiro (2012) conclui que o desenvolvimento sustentável deva ser entendido como um processo de melhora no bem-estar humano, com base numa produção material e energética garantidora de conforto, porém estabilizada num nível compatível com os limites termodinâmicos do planeta. O que implica num *Estado Estacionário* em que o crescimento do consumo como fator de emulação social dê lugar a outro tipo de crescimento: *cultural, psicológico e espiritual*. Num processo de desenvolvimento em que se dê a melhora permanente nas condições necessárias para a realização plena da capacidade que as pessoas têm de florescer. Justamente como afirma Sen (2000).

Em seminal texto, Daly (1990) descreve que os conceitos de “desenvolvimento sustentável” e “crescimento sustentável” tem se tornado muito próximos, e um tanto vagos, ao passo que cresce a tendência por tratá-los enquanto sinônimos – embora não o sejam.

Nesse sentido, o primeiro passo para diferenciá-los é, obviamente, diferenciar “crescimento” de “desenvolvimento”. Enquanto o primeiro diz respeito a um aumento quantitativo, o outro remete a uma mudança qualitativa nas esferas constitutivas de determinada formação social. Nesses termos, uma economia pode: (i) crescer sem se desenvolver, (ii) se desenvolver sem crescer, (iii) crescer e se desenvolver ou (iv) não se desenvolver e, tampouco, crescer. Desenvolvimento e crescimento são, portanto, termos que designam mudanças de naturezas distintas. Mas, uma economia pode, de fato, se desenvolver sem crescer?

De acordo com Daly (ibid.), sim. É o que acontece quando uma sociedade melhora o padrão de bem-estar da maioria de seus integrantes, mesmo sem aumentar a quantidade de bens (ou mercadorias) que é capaz de produzir: a partir da distribuição de riqueza, por exemplo. Ademais, desde que uma economia qualquer seja um subsistema de um sistema maior que a contém, global e finito, o seu crescimento deve apresentar limites – físicos, ao menos. Daí que, mesmo que se reconheça a importância do crescimento econômico para alcançar patamares

¹ Por exemplo, as emissões de CO₂, que aumentavam ao ritmo de 1,3% ao ano durante os anos 1990, passaram a aumentar ao ritmo de 3% ao ano durante os anos 2000. Ademais, desde os anos 1960, o PIB mundial foi multiplicado, aproximadamente, por cinco, o que representa um aumento nada desprezível no consumo e, conseqüentemente, também na produção de lixo. Se continuar a crescer nesse ritmo, o PIB tende a multiplicar-se por dois em 2030 e por quase cinco em 2050. Tais aumentos são insustentáveis, se considerarmos que a pegada ecológica (quantidade de espaço biologicamente produtivo utilizado por cada indivíduo, região ou país para produzir o que consome e absorver o seu lixo,) que em 2007 era de 1,47, poderia alcançar 2,5 em 2030. (LÉNA, 2012).



mais elevados de complexidade e bem-estar sociais, uma economia não pode crescer infinitamente, pois depende dos recursos [naturais] finitos.

No fundo desse raciocínio, repercute o fato de que os recursos “naturais” e “produzidos pelo homem” não podem ser tratados enquanto substitutos perfeitos, mas como complementares, pois não jogam o mesmo papel no processo de transformação. De maneira geral, os “recursos produzidos pelo homem” são utilizados como ferramentas nos processos de transformação dos “recursos naturais”. (DALY, 1990)

Acrescentamos que basta atentar à figura¹ da mola que movimenta a reprodução da sociedade moderna, o capital, para perceber que o modo de produção capitalista funciona a partir de uma lógica expansiva, por natureza. Ou seja, para que funcione – a contento – deve obedecer a máxima da valorização do valor, sem embargo, assentado no crescimento econômico. Daí o problema: um sistema de lógica expansiva aplicado na territorialização de um espaço finito.

Além disso, não podemos deixar de considerar que a tendência do capital em aumentar a sua velocidade de rotação também cobra sua – nada desprezível – parcela, no momento de “tributar” os “recursos naturais”. Nesse sentido, duas considerações merecem atenção, de acordo com pensamento de Herman Daly (ibid.).

Primeiro, que a taxa de coleta, ou de extração de recursos renováveis, deve ser igual à taxa de regeneração destes recursos. Segundo, que a taxa de emissão de resíduos provenientes dos processos de transformação deve ser igual à taxa de assimilação da Natureza. Por exemplo, se pescarmos peixes mais rápidos do que a capacidade inerente destes se reproduzirem, fatalmente acabaremos com o estoque de peixes e se produzirmos dejetos mais rápido do que a capacidade de assimilação da Terra, acabaremos soterrados por uma montanha de lixo. Logo, para Daly (ibid.), há de se compatibilizar a escala e a velocidade de reprodução do sistema produtivo com os limites biofísicos do planeta.

Sustentabilidade, nesses termos, remeteria a um problema de tempo complexo, isto é, de se harmonizar tempos distintos, ou, de compatibilizar a velocidade de reprodução do capital à velocidade de regeneração dos ecossistemas. Entretanto, aos nossos olhos, tentar solucionar conjuntamente duas equações com lógicas tão divergentes quanto estas, resultaria fatalmente num sistema impossível, isto é, sem solução.

¹ D-M..P..M'-D'; onde D'>D e M'>M



Portanto, ainda que Herman Daly (1990) esteja certo quanto ao diagnóstico, ou seja, de que o problema da sustentabilidade diz respeito à adequação da escala e velocidade de reprodução do sistema produtivo aos limites biofísicos do planeta, ele se equivoca quanto ao remédio, pois parece esquecer que a lógica de funcionamento do capital é, essencialmente, expansiva e acelerante, ao passo que a regra à Natureza é seguir seu ritmo próprio, constante e em consonância com o bom funcionamento dos ecossistemas.

Ademais, a rigor, em vez de se compatibilizar a velocidade do sistema produtivo aos limites biofísicos do planeta, tem-se comumente o contrário, isto é, diversas inovações que visam acelerar o ritmo da Natureza para responder à necessidade de valorização do capital. O pacote tecnológico típico da Revolução Verde (organismos geneticamente modificados, inovações mecânicas e agrotóxicos) é emblemático nesse sentido, pois, via de regra, busca acelerar os processos biológicos para aumentar a velocidade de rotação dos capitais aplicados nas atividades agropecuárias. Para Graziano da Silva:

O longo processo de transformação da base técnica – chamado de modernização [a Revolução Verde] – culmina, pois, na própria industrialização da agricultura. Esse processo representa na verdade a subordinação da Natureza ao capital que, gradativamente, libera o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias. (SILVA, 1999, p.3).

Justamente a partir desse movimento, de tecnicização capitalista da Natureza, ocorrem os choques entre temporalidades distintas e crescem contradições como as que levantamos na introdução deste trabalho – o esgotamento dos solos agriculturáveis. Nessa linha, os “problemas ambientais” não são, na verdade, problemas do “ambiente”, mas entraves, fricções, contradições derivadas da lógica do modo de produção capitalista, ao não conseguir se compatibilizar com o tempo intrínseco da Natureza.

Ademais, como afirmara o próprio Marx no livro I de *O Capital*, a produção capitalista não destrói apenas a saúde dos trabalhadores rurais e urbanos, mas também perturba a circulação material (o metabolismo social) entre os seres humanos e a terra. Com isso, compromete a condição natural eterna da fertilidade do solo. Assim, cada progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de explorar o trabalhador, mas também de despojar o solo de suas condições duráveis (logo sustentáveis) de fertilidade. A produção capitalista não desenvolve a técnica e



o processo de produção social a não ser minando (aniquilando) as duas fontes de onde emana toda a riqueza: a terra e o trabalhador.¹

IV. Ecologia Social: a necessária racionalidade ambiental

Talvez seja Murray Boockhin (1999) o responsável por cunhar o conceito de "Ecologia Social". Conquanto, hoje em dia, o mexicano Enrique Leff seja, provavelmente, o autor mais lembrado nessa temática. No conjunto de suas ideias, destaca-se sobejamente o conceito de "Racionalidade Ambiental". Em seu trabalho de mesmo nome, Leff (2006) advoga em favor da necessidade da construção de um outro modelo de ação, assente em outra racionalidade, uma concepção de controle distinta daquela que – típica da modernidade – aprofundara as repercussões da humanidade sobre o funcionamento da Natureza.

Para Leff (ibid.), a racionalidade da modernidade fora peça fundamental na construção dos problemas ambientais que enfrentamos. De modo que a crise ambiental é, sobretudo, a de um modelo de racionalidade; uma forma de interpretar a Natureza calcada na convicção de que o homem é, de fato, capaz de dominá-la, de modificá-la a seu bel-prazer.

De acordo com Gudynas esta perspectiva antropocêntrica tem muitas implicações.

Por un lado, la Naturaleza es fragmentada en componentes, los que són reconocidos como "recursos". Por otro lado, la apropiación de esos "recursos" necesariamente exige poder controlar, manipular y poseer el ambiente. Se defienden las posturas que permiten extraerlos, separarlos, traspasarlos, modificarlos. Bajo ese tipo de apropiación, la utilidad discurre por intereses que giran alrededor del beneficio y la rentabilidad. (GUDYNAS, 2015, p. 22)

¹ "É na esfera da agricultura que a grande indústria atua do modo mais revolucionário, ao liquidar o baluarte da velha sociedade, o "camponês", substituindo-o pelo trabalhador assalariado. Desse modo, as necessidades sociais de revolucionamento e os antagonismos do campo são nivelados às da cidade. O método de produção mais rotineiro e irracional cede lugar à aplicação consciente e tecnológica da ciência. O modo de produção capitalista consome a ruptura do laço familiar original que unia a agricultura à manufatura e envolvia a forma infantilmente rudimentar de ambas. Ao mesmo tempo, porém, ele cria os pressupostos materiais de uma nova síntese, superior, entre agricultura e indústria sobre a base de suas configurações antiteticamente desenvolvidas. Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói tanto a saúde física dos trabalhadores urbanos como a vida espiritual dos trabalhadores rurais." (MARX, 2013, p. 572-573)



Para Leff (2006), o conhecimento, produzido sob esta lógica, em vez de constituir um conjunto de teorias e formas de organização do pensamento para o entendimento do mundo, passou a ser uma ordem conceitual orquestrada em um conjunto de artefatos que intervêm e transformam o real, a partir de uma postura que “tecnologizou” e “economicizou” o mundo. Ressaltamos: em função do lucro e do volume de negócios, não da satisfação das reais necessidades ou da emancipação dos sujeitos.

É justamente nesse sentido que um “novo saber” se faz necessário. A crise ambiental deriva da episteme da modernidade, inserida num determinado arcabouço institucional, sobremaneira, na “racionalidade econômica instrumental”, à feição do *“homo economicus”*, defendida encarniçadamente pelos arautos da economia neoclássica. Ademais, parece lógico que o conhecimento que vise a contestar essa episteme – a construção do “saber ambiental”, na terminologia de Leff (ibid.) –, não pode emergir do desenvolvimento (dentro) das ciências normais, positivistas, mas do seu questionamento, haja vista que a ciência normal, grosso modo, fornece subsídios científicos à racionalidade dominante – vetor da crise ambiental.

O “saber ambiental” vai se configurar, então, no tecido discursivo da mudança global, na disputa de sentidos, para subsidiar uma nova forma de interpretar o mundo, mais ampla. Daí sua relação necessária com uma sociologia do conhecimento, pois, se o conhecimento atual desemboca na crise ambiental, a superação desta só pode se dar por outra via, ou, por outro conjunto de conhecimentos. Portanto, implica desconstruir os conceitos e métodos de diversas ciências, atentar para processos mais complexos, que coloquem em xeque os conceitos vigentes, da ciência positivista, e, “no jogo”, os interesses de diversas forças sociais, não contempladas por esses conceitos. (LEFF, 2006)

Com efeito, o sentido crítico e estratégico do saber ambiental – complexo – promove novas metodologias para interação dos saberes existentes (acadêmicos, de povos tradicionais...), e induz à construção de novos paradigmas do conhecimento. Assim, abre caminhos para o “desenvolvimento” de possíveis trajetórias “sustentáveis” ao devir histórico. A “racionalidade ambiental”, condutora da “sustentabilidade”, contém um sentido prospectivo, em um processo de transformações históricas e de mudanças sociais, no qual a teoria se enlaça a práxis. Daí a sua intenção de – como afirmara Leff (ibid.) – “pensar o impensado”, para além das barreiras da racionalidade hegemônica atual.

Entretanto, receamos a respeito das limitações e possibilidades reais dessa “aventura”, de se “pensar o impensado”. Afinal, misturar conhecimentos científicos,



fragmentados em distintas “áreas do conhecimento”, com o de povos tradicionais, para resultar num modelo de racionalidade inédito e condutor da sustentabilidade, representa uma tarefa bastante complexa de se orquestrar. Por isso, corre o risco de desaguar em mera retórica, filha de um pensamento tipicamente pós-moderno, mas estéril, ao tentar articular elementos não combináveis objetivamente. Nos preocupa, na perspectiva de Leff (ibid.), a carência de reflexões sobre as condições objetivas de seu constructo se concretizar, inclusive no que toca aos mecanismos sociais para encaminhar politicamente a construção da racionalidade ambiental.

Ademais, como afirmam Dachary e Burne (2014), a problemática ambiental delineada por Leff (ibid.), que plantea a necessidade de um saber ambiental orientado aos objetivos do desenvolvimento sustentável, emergente num conjunto de disciplinas, tanto no seio das ciências sociais quanto naturais, combinadas com os conhecimentos de povos tradicionais, capaz de “captar a multicasualidade e as relações de interdependência dos processos de ordem natural e social”, na verdade, oculta um caráter biocentrista. Este caráter implicaria

[e]n primera instancia, una serie de afirmaciones: primero, la reducción de lo social y la inclusión en lo ecológico, una perspectiva teórica similar a la sociobiología, que ya fracasó por no tener asideros teóricos reales en la década del [19]80, luego de suplantamiento por el biólogo Edward E. Wilson. Segundo, implica el blanqueamiento del sistema capitalista, causante directo de las grandes alteraciones de la naturaleza y de una de las mayores asimetrías sociales en la historia del planeta, donde menos del 25% de los habitantes tienen una vida digna. (DACHARY & BURNE, 2014, p. 21)

É importante reconhecer que, como apontado por Marx (2010, p. 21), “eles [os homens não fazem a sua própria história como bem entendem; não a fazem sob circunstâncias escolhidas por eles mesmos, mas sob circunstâncias diretamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado”. Nesse sentido, a liberdade de ação humana, a intencionalidade que poderia criar a referida “racionalidade ambiental”, afigura-se como uma liberdade restringida pelas condições materiais e políticas de cada época. Afinal, ainda que a sociedade seja, de fato, produto da ação recíproca dos homens – e mulheres –, cabe questionar: podemos escolher, livremente, a forma social?

Nada disso. A um determinado estágio de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens corresponde determinada forma de comércio e de consumo. A determinadas fases do desenvolvimento da produção, do comércio e do consumo correspondem determinadas formas de constituição social, determinada organização da família, das ordens ou das classes; numa palavra, uma determinada sociedade civil. A uma determinada sociedade civil corresponde um determinado estado político, que não é mais que a expressão oficial da sociedade civil.



[...]. É supérfluo acrescentar que os homens não são livres para escolher suas forças produtivas – base de toda a sua história –, pois toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas essa mesma energia é circunscrita pelas condições em que os homens se acham colocados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social anterior, que não foi criada por eles e é produto da geração precedente. (MARX, 2009, p. 245)

Logo, nos parece que a construção do saber ambiental a partir da combinação de conhecimentos dispostos em contextos distintos e, muitas vezes antagônicos, como no caso dos povos tradicionais que teimam em resistir às forças homogeneizadoras do capital, assume muito mais ares de conflito, fricção, do que, propriamente, de harmonização.

Apesar de algumas teorias defenderem a ideia de ordem global homogênea, como a de Fukuyama (1992), no mundo real ainda existem – e resistem – particularidades. Realidades dentro da realidade. São os territórios, ou, como afirma Milton Santos (2006), os espaços construídos, vividos, compartilhados, que aparecem como substratos que acolhem o novo, porém resistem às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural, força resistente do que fora criado em outros tempos, força dormente, que espera vigilantemente a ocasião e a possibilidade de se levantar¹. Os conflitos por terra, no Brasil, por exemplo, são expressões desse choque, entre as forças heterônomas do capital, com as densidades dos territórios que funcionam a partir de outra lógica, ou, com temporalidade distinta.

V. Ecologia Política: o ecologismo dos pobres

Quando se pretende discutir a respeito dos problemas da crise ambiental, no que toca a suas repercussões sobre os países pobres, parece imprescindível recorrer

¹ “O que Milton Santos (2006, p. 17) está a nos afirmar é que “a base da ação reativa à ação globalizante (do capital) é o espaço compartilhado no cotidiano”. Portanto, são os contextos, as construções sociais espacialmente localizadas, historicamente definidas, ou seja, os territórios, que oferecem reações às forças heterônomas, homogeneizadoras, típicas dos fluxos que caracterizam os movimentos que se tem convencionado chamar globalização [ou imperialismo!]. Nesse sentido, o espaço ganha uma nova dimensão, uma verdadeira quinta dimensão, formada pela espessura e profundidade do acontecer. E isto graças ao número, diversidade e qualidade dos objetos, isto é, fixos, de que é formado, combinados ao número cada vez maior de ações, isto é, fluxos, que o atravessam. Essa quinta dimensão espacial é o tempo cotidiano, compartilhado, o tempo convívio dos fixos e dos fluxos. É, portanto, um tempo plural (ibid., p. 17). Pois são tempos dentro do tempo. O tempo da humanidade, formado pelos tempos de distintas formações sociais. E não podemos esquecer que este tempo composto e complexo da humanidade corre ainda dentro de um outro tempo: o da natureza. Assim, é como se estivéssemos dentro de uma espiral do tempo, conformada por círculos cada vez maiores, específicos, de tempos históricos diversos que vão se encaixando uns dentro dos outros, por vezes com muita fricção ou violência”. (JEZIORNY, 2015)



ao pensamento de Martínez-Alier, mormente no que expôs em “O Ecologismo dos Pobres” (2015). Neste trabalho, com o intuito de preparar o terreno a sua própria interpretação, o referido autor inicia por distinguir as diferentes correntes do ecologismo, aglutinando-as em dois grandes grupos, por ele denominados: “Culto ao Silvestre” e “ Evangelho da Ecoeficiência”. A rigor, a definição de cada corrente responde por sua vinculação com diferentes ciências ambientais (biologia da conservação, química, ecologia industrial...) e aderência a posições políticas e ideológicas distintas (feminismo, poder de Estado, religião, interesses empresarias...).

Em relação ao “Culto ao Silvestre”, pode-se dizer que não ataca o crescimento econômico enquanto tal. No entanto, coloca em discussão uma ação de retaguarda: a manutenção de áreas intocadas, completamente preservadas da ação humana, daí a defesa de áreas de preservação e reservas ambientais. A Biologia da Conservação fornece sua base científica e aqueles que advogam em favor da “sacralidade” da Natureza acabam por se associar, em alguma medida, a esta perspectiva, associada ao movimento da “ecologia profunda”. Biólogos e filósofos ambientais costumam fornecer o aporte teórico das interpretações. (ibid.)

O “Evangelho da Ecoeficiência” se apresenta como uma corrente que desafia a anterior. Defende o “Desenvolvimento Sustentável” (do capitalismo) e conceitos como o de “capital natural” [sic], por exemplo. Para seus defensores, a Natureza não passa de fornecedora de “recursos naturais”. De acordo com Martinez-Alier, essa corrente de pensamento pode ser entendida como uma “religião da utilidade e da eficiência técnica”. Domina os debates ambientais nos EUA e Europa, a partir de ideias de “modernização tecnológica” e soluções “win-win”. Cientificamente, repousa na Economia Ambiental, ou seja, em encontrar preços corretos para os “recursos naturais” e serviços ecossistêmicos. Portanto, através de mecanismos de mercado, acreditam ser possível “internalizar as externalidades” e, com isso, solucionar o problema da deterioração do meio ambiente. Possuem na Ecologia Industrial, a sua disciplina preponderante. (ibid.)

Já o “Ecologismo dos Pobres” desafia as duas correntes anteriores. Baseado na ideia de “justiça ambiental” defende que o crescimento econômico traz sérios impactos ao meio ambiente. No entanto, aponta à questão do deslocamento geográfico das fontes de recursos, bem como do descarte dos resíduos. Assesta que países industrializados necessitam de importações de matérias do “Sul” para atender sua demanda crescente por matérias primas e mercadorias. Por exemplo, países como Holanda e Japão possuem uma pegada ecológica maior do que seus ‘próprios pés’ (suas dotações de “recursos naturais”); para manterem seus padrões



de consumo, utilizam recursos naturais de outros países, a rigor, dos mais pobres. Ao passo que o grosso da população desses países, empobrecidos, não possui acesso aos mesmos níveis de bem-estar de holandeses e japoneses, ainda que suas reservas naturais sejam crescentemente subtraídas.

Portanto, o eixo central é um interesse material pelo meio ambiente como condição para subsistência. No entanto, de forma que não vise, apenas, o direito de gerações futuras, mas, sobretudo, os direitos dos humanos de hoje, particularmente os pobres. Sua ética nasce de uma preocupação com a justiça ambiental contemporânea, e ajusta foco nos conflitos ecológicos decorrentes do modelo de desenvolvimento hegemônico. Recebe apoio da agroecologia, etnoecologia, economia ecológica e ecologia política, para defender a necessidade de um outro modelo de desenvolvimento. (ibid.)

Ademais, chama a atenção ao fato do inexorável choque entre economia e meio ambiente não poder ser silenciado pelas esperanças inspiradas – socialmente – numa “desmaterialização angelical”. Além disso, de que o choque vai na direção da transferência dos custos para as partes mais débeis do sistema, que arcam com um fardo desproporcional no que toca aos custos ambientais do modelo de desenvolvimento: seja pela exportação de seus recursos naturais, para sustentar o padrão de consumo do centro; seja por absorverem boa parte do lixo produzido, no centro.

Existe, portanto, desigualdade, injustiça no que se refere à destruição das “condições de produção”. De acordo com Martinez-Alier (ibid.), os pobres pagam uma conta sensivelmente mais alta. Logo, convém ter cuidado com as argumentações, sobretudo, para não se cair, inadvertidamente, em defesa de uma espécie de “desmaterialização angelical” da economia, haja vista que as assimetrias entre regiões capitalistas centrais e periféricas, ademais de persistirem, em muitos casos se aprofundam. Consequentemente, defender o “decrecimento material” para nações que já lograram alcançar um determinado patamar de bem-estar material, como a Alemanha, a Inglaterra ou o Japão, não é o mesmo que defendê-lo diante da população – especialmente a parcela mais pobre – de países que ainda não lograram alcançar esse mesmo patamar, a exemplo do Brasil¹.

¹ A esse respeito, Léna& Nascimento (2012) apontam que países industrializados que alcançaram IDH acima de 0,85, o fizeram à custa de pegadas ecológicas (quantidade de espaço biologicamente produtivo utilizado por cada indivíduo, região ou país para produzir o que consome e absorver o seu lixo) que extrapolam em muito o “limite autorizado” (para não ultrapassar a biocapacidade do planeta). Para se ter uma ideia, elevar o IDH de 0,80 para 0,88 representa, em média, multiplicar a pegada ecológica por três, ao passo que passar de 0,60 para 0,80 não chega a multiplicá-la por dois.



No maior país da América do Sul, a perversa distribuição da renda e a iniqua pobreza a ela associada expressam a perpetuação da força inerentemente antidemocrática assente nas engrenagens da máquina de acumulação de capital. Força que se manifesta de distintas formas, inclusive, na apropriação – e degradação – antidemocrática dos “recursos naturais”, que autores recentes como Atilio Boron e Eduardo Gudynas, resgatando Elinor Ostrom, têm chamado de “bens comuns¹”, e os ecomarxistas, como James O’Connor, de “condições de produção”.

De todo modo, gostaríamos de resgatar uma crítica que nos parece bastante pertinente. De acordo com os ecossocialistas, como Michael Lowy (2011), os ecologistas políticos não parecem levar em consideração a contradição intrínseca que existe entre a dinâmica capitalista (baseada na expansão ilimitada do capital e na acumulação de lucros) e a preservação do meio ambiente. Assim sendo, realizam uma crítica pertinente do produtivismo, contudo, que não ultrapassa meras reformas ecológicas derivadas da economia de mercado.

VI. Ecomarxismo: a segunda contradição do capitalismo e o papel dos “novos” movimentos sociais enquanto agentes da mudança

A corrente ecomarxista, ou ecossocialista, ganha corpo principalmente a partir das ideias apontadas por James O’Connor (1988), na publicação do seminal *“Capitalism, Nature, Socialism: A Theoretical Introduction”*. De maneira geral, ergue-se sobre a tese de uma “segunda contradição fundamental do capitalismo”, entre relações capitalistas e forças da reprodução social. A rigor, esta contradição é instalada entre forças produtivas (e relações sociais) e condições gerais de produção. Segundo O’Connor (ibid.), Marx definiu três formas pelas quais estas “condições” se expressam: (i) “condições físicas externas”, elementos naturais transformados pelo processo produtivo; (ii) “condições pessoais de produção”, a força de trabalho; (iii) “condições comunais”, condições gerais da produção social, o espaço construído, a exemplo da infraestrutura que contribui à circulação capitalista.

The point of departure of an "ecological Marxist" theory of economic crisis and transition to socialism is the contradiction between capitalist production relations (and productive forces) and

¹ Esta mudança de léxico reflete uma postura ideológica diferente, que se afasta do produtivismo e do reducionismo economicista, próprios de uma perspectiva antropocêntrica, reducionista, típica da modernidade e entendida por muitos – como Enrique Leff – enquanto um dos principais fatores responsáveis pela crise ambiental que vivenciamos hoje. Portanto, este câmbio aponta para uma nova forma de interpretar a natureza, de tal forma que passa a ser vista não apenas como um recurso passível de ser valorizado mercantilmente, mas como um patrimônio universal imprescindível para a vida humana no planeta. (BORON, 2013)



the conditions of capitalist production, or "capitalist relations and forces of social reproduction" (O'CONNOR, 1988, p. 14).

Os ecomarxistas buscam aprofundamento em um aspecto do capitalismo não investigado, profundamente, por Marx. Engendram esforços para, tanto resgatar, casos de Foster (2014) e Lowy (2011), como incluir aspectos ecológicos, casos de O'Connor (1988) e Burket (1995), nas contribuições teóricas marxianas. Isto, a partir das contradições que o capitalismo produz mediante sua relação com a Natureza, nem tanto a "selvagem", mas sobretudo a "artificial" ou "tecnificada" – aquela transformada pela própria ação humana em seus processos de territorialização.

Segundo O'Connor (ibid.), existem barreiras que são externas ao capitalismo, mas que se manifestam sob a forma de crises de realização do valor, no interior deste modo de produção. A teoria marxista tradicional costuma apontar o capitalismo como "montado" em crises, sobretudo de superacumulação, relacionadas à realização do valor e instaladas, a rigor, na relação contraditória entre a esferas da produção e circulação de capital. O supracitado autor acrescenta a possibilidade de existência de "crises de subprodução".

Estas, também dizem respeito às barreiras antepostas a realização do valor. No entanto, relacionam-se aos obstáculos criados pelo capital no que toca a sua relação com as condições gerais de produção. Como tais condições são externas, mas as crises são de realização do valor, ou seja, internas, O'Connor aponta que o que é específico é a forma de manifestação da contradição, não a contradição em si. *"Put another way, some barriers are "general" not "specific" to capitalism. What is specific is the way these barriers assume the form of crisis"*. (O'CONNOR, 1988, p. 13)

Um ponto central do argumento é a ideia de que nem a força de trabalho, tampouco a Natureza, são, por essência, produzidas com a respeito à lei do valor. No entanto, ambas se convertem em mercadorias, mediante sua inserção em processos de valorização e acumulação de capital. Outro ponto importante diz respeito aos custos crescentes que a degradação das condições de produção acarreta à acumulação capitalista, ou seja, ao capital como barreira a si mesmo, enquanto responsável pela degradação das condições gerais de sua própria reprodução: a força de trabalho e a Natureza – selvagem e artificial ou "tecnicizada".

A medida que o capital destrói essas "condições", os custos dos processos de valorização incrementam-se. O que se torna crescentemente notável é a



ampliação da escassez dos “recursos naturais”, fruto da expansão do consumo produtivo de recursos não renováveis (minerais, petróleo...), mas também pela degradação das condições espaciais (solos, águas, cidades...). Com isso, dificulta-se a reprodução do sistema, a expansão do capital. Haja vista que a lógica da acumulação é ampliar-se, emergem crises, de subprodução associadas à destruição dos valores de uso dos meios de produção. Um exemplo dessa fricção no processo de acumulação capitalista pode ser observado quando se elevam consideravelmente os custos para a regeneração de solos degradados, rios contaminados e etc.

Cabe aqui uma ressalva. Aos nossos olhos, em boa medida, estes custos de recuperação de áreas degradadas pela ação do capital são, também, possíveis espaços abertos à acumulação capitalista, haja vista que as atividades de recuperação podem representar setores específicos a serem explorados por capitais individuais. Portanto, quando O'Connor (ibid.) afirma que os custos da acumulação aumentam, é preciso levar em consideração que se trata muito mais da perspectiva de um capital individual do que, propriamente, do capital em geral. Para confirmar o seu constructo, deveríamos imaginar um contexto de degradação tão profundo, que os custos da regeneração se elevassem ao ponto de inviabilizar a exploração lucrativa da recuperação das condições gerais. Ou mesmo a impossibilidade de recuperar determinados danos causados a estas condições, pelo seu esgotamento e impossibilidade tecnológica de produzir “substitutos perfeitos”. Ou seja, a possibilidade de danos irreversíveis em recursos fundamentais e insubstituíveis.

Nesse caso, o capitalismo engendraria, pelo menos, dois tipos de crises: (i) de demanda, relacionada à contradição instalada na relação capital-trabalho. Como consequência do aumento da composição orgânica do capital, o rebaixamento do valor da força de trabalho associado ao avanço tecnológico incorre numa crise de superprodução – de valores que não se realizam. (ii) de custos, relacionada à contradição instalada na relação capital-Natureza. Este tipo de crise decorre da degeneração das condições de produção, como a degradação de solos agriculturáveis ou poluição de rios, que passam a necessitar investimentos cada vez maiores para regenerar-se (quando a regeneração é possível). Portanto, uma crise de destruição de valores – de uso – de meios de produção.

Aos nossos olhos, uma novidade do pensamento ecomarxista é que a “segunda contradição” remete a uma crise típica da era pré-capitalista, de subprodução, levantada pelo próprio movimento do capital. É como se o avanço capitalista incorresse num retrocesso a partir de determinado ponto.

Para O'Connor (ibid.), abrem-se duas diferenças entre o marxismo tradicional e o ecomarxismo, no que diz respeito ao devir histórico. Primeiro,



haveriam duas, e não uma única rota para uma sociedade pós-capitalista. Além daquela levantada pelo marxismo tradicional, da socialização dos meios de produção, vislumbra-se outra, relacionada à socialização e uso mais democrático do espaço. Segundo, o agente da mudança. Não obstante a classe trabalhadora, o referido autor chama à cena o que denomina “novos movimentos sociais”: forças sociais aglutinadas em torno da luta por uma apropriação mais ecológica, justa, transparente e democrática das condições de produção (terras, espaços construídos, bosques, solos, rios, aquíferos, reservas minerais e petrolíferas...).

Lowy (2011) destaca que o processo histórico de passagem do “progresso destrutivo” do sistema capitalista ao “socialismo” é uma transformação revolucionária permanente da sociedade, da cultura e das mentalidades. Para ele, a política é o coração desse movimento, pois, uma evolução dessa natureza não pode emergir sem uma mudança radical (revolucionária) nas estruturas sociopolíticas, mas, também, sem o apoio da maior parte da população a um programa ecossocialista. Ademais, afirma que longe da concepção puramente quantitativa do crescimento – positivo ou negativo –, a planificação ecossocialista privilegia como critério de desenvolvimento o qualitativo. Seu primeiro objetivo principal seria colocar fim ao desperdício capitalista. Para tanto, a planificação excluiria da produção, especialmente em grande escala, todos os produtos inúteis e/ou prejudiciais, como também aqueles que, sob o manto capitalista, são fabricados com obsolescência programada e que não possuem outra finalidade senão gerar lucros. A planificação não interessaria, portanto, apenas pela quantidade, isto é, pelo “consumo excessivo”, mas também pela qualidade de consumo.

La planificación democrática deberá hacernos suyos, como prioridad, la cuestión alimentaria – tan crucial en el Norte como en el Sur – y la agricultura biológica campesina, organizada en unidades familiares, cooperativas o granjas colectivas, con el objetivo de terminar con los métodos destructivos y antisociales de la industria química [...] Otra prioridad, los recursos energéticos renovables: el agua, el viento y el sol. La cuestión de la energía es crucial, porque la energía fósil es responsable de la mayor parte de la contaminación del planeta y porque se agota. La energía nuclear es una falsa alternativa, no solo por el riesgo del nuevo Chernóbil, sino también porque nadie sabe qué hacer con los millares de toneladas de residuos radioactivos [...] la energía solar debe, en la planificación democrática, convertirse en objeto de impulso de investigaciones y de desarrollo. Debe desempeñar un rol central en la construcción de un sistema energético alternativo. (LOWY, 2011, p. 53)

O autor supracitado ainda se refere, por exemplo, ao sistema de transporte baseado no automóvel individual como objeto da necessária planificação democrática em favor da sustentabilidade. Isto, pois, tal sistema coloca problemas



complexos associados à prejuízos públicos: centenas de milhares de pessoas mortas e/ou mutiladas por ano, contaminação do ar, sobretudo das grandes cidades, com consequências “nefastas” – principalmente para crianças e idosos – além de influir decisivamente no câmbio climático. Porém, ressalta: é necessário considerar que o automóvel satisfaz necessidades no capitalismo. Justamente por isso, as autoridades das grandes cidades europeias e que demonstram preocupações com o meio ambiente encaminham experiências locais que comprovam a possibilidade de limitar de maneira progressiva o lugar do automóvel particular, em função do transporte coletivo. (LOWY, 2011)

Para Lowy (ibid.) a planificação democrática poderia se apropriar dessa questão, considerando, inclusive, que o automóvel carrega um significado simbólico muito grande. E, nesse sentido, ressalta que não deveríamos esquecer da publicidade, que invade lares e paisagens de maneira agressiva, ademais de insidiosa. A indústria da publicidade, por ser um ramo de produção inútil do ponto de vista essencialmente humano, entra em contradição com as necessidades reais das pessoas. Portanto, alimentada pelo fetichismo da mercadoria e enquanto dimensão indispensável numa economia de mercado capitalista, não teria lugar numa sociedade de transição ao socialismo. (LOWY, 2011)

La planificación socialista debe estar basada en un debate democrático y pluralista, en cada nivel de decisión [...] la democracia representativa debe ser enriquecida – y mejorada – por la democracia directa, que permite a las personas elegir directamente – em el nivel local, nacional y, en ultimo lugar, internacional – entre diferentes proposiciones. Podria debatirse sobre la gratuidade del transporte publico, sobre un impuesto especial pagado por los propietarios de automoviles para subvencionar al transporte publico, [sobre] la energia nuclear, [sobre] la reducion del tiempo de trabajo... (LOWY, 2011, p. 48)

Pelo acima sumarizado, aos nossos olhos, ainda que incipientemente a corrente ecossocialista apresenta um conjunto de ideias guias e ações pragmáticas para orientar a mudança, inclusive, de forma a sugerir setores prioritários e outros perniciosos no contexto de uma necessária planificação democrática da economia, com vistas à mudança social urgente. Vale ressaltar, nessa linha, que o autor supracitado resgata a experiência do Orçamento Participativo na cidade de Porto Alegre, enquanto exemplo mais interessante, até então, de uma planificação democrática tipicamente “de baixo para cima”.

Para Michael Lowy (2011), longe de ser despótica em si, a planificação democrática é o exercício da liberdade de decisão que se atribui ao conjunto da sociedade, um exercício necessário para encaminhar a humanidade àquilo que Marx denominou de “reino da liberdade”, onde o aumento do tempo livre é condição



necessária à participação dos trabalhadores na discussão democrática e na gestão da economia e da sociedade – fora da “jaula de aço”.

VII. Considerações finais

A crise atual do modo de produção capitalista tem se expressado de distintas formas, a profunda degradação da Natureza é uma delas. Entendemos que o conceito de Desenvolvimento Sustentável é central nesse momento justamente por isso. Afinal, quando distintas e mesmo antagônicas correntes teóricas advogam em favor de diferentes soluções para um problema, uma certeza se impõe: o problema existe, é real. Portanto, não há espaço para subterfúgios, é mister discutir os caminhos para ultrapassá-lo.

A interpretação hegemônica na seara da Ciência Econômica defende que a solução passa, fundamentalmente, pelo mercado. Não a resgatamos aqui consistentemente, é verdade. Porém, assim o fizemos, por entender que é justamente a sociedade de produção mercantil, embasada no lucro e na acumulação de capital, enquanto molas propulsoras da sociabilidade e, por conseguinte, também da forma de apropriação da Natureza, que nos aproxima do “abismo”, representado pela destruição das condições de produção. Portanto, partimos de um pressuposto diametralmente oposto: é justamente no mercado e na ânsia de acumulação, assente numa sociedade de consumismo cego, que reside o problema. A profunda degradação ambiental se encontra incrustada nas instituições do capitalismo.

Com efeito, nas correntes teóricas regatadas na segunda parte, os problemas dessa natureza não são apreendidos simplesmente como “catástrofes da Natureza”, mas, sobretudo, como sinais de esgotamento de um modelo de civilização que nasceu na Europa Ocidental as voltas do Sec XVI e que, desde então, tem se espalhado de forma cada vez mais contundente pelos mais recônditos espaços e territórios (ou formações sociais) ao redor do planeta. Para ecologistas sociais, ecologistas políticos e ecomarxistas, a rigor, a crise ambiental é claramente uma, de tantas outras formas de manifestação de uma crise mais ampla e, quiçá, muito mais profunda: a crise da modernidade, e, com ela, seu modo de produção hegemônico.

Portanto, o que aproxima o diagnóstico das três correntes teóricas, por um lado, é a natureza da interpretação do “problema da Natureza” no atual metabolismo social, e, por outro, a identificação não apenas da importância da ação política para encontrar saídas para tais contradições, mas de uma oportunidade histórica para movimentar politicamente a sociedade na construção de um trajeto alternativo ao modelo de desenvolvimento que aí está. Dito de outra forma, a crise



ambiental, ao ser reflexo da crise da civilização burguesa é, também, um oportuno mote para argumentar a necessidade de se cambiar o rumo, construindo-se um modelo de civilização alternativo, assente em outras bases – das quais se exclui a valorização de capital como mola propulsora do mecanismo de reprodução social.

Para os “ecomarxistas”, representados aqui pelo pensamento de James O’Connor e Michael Lowy, a segunda grande contradição do capitalismo, a saber: a contradição entre o capital e as condições de produção, pode e deve servir como oportunidade para se movimentar o modo de produção capitalista no sentido de uma maior socialização, tanto das forças produtivas como das relações sociais de produção; derivando-se rotas paralelas para o socialismo. Já para os “ecologistas sociais”, representados pelo pensamento de Enrique Leff, a crise ambiental, ao ser reflexo da crise da modernidade, requer, para sua superação, a desconstrução da racionalidade típica da era moderna, excessivamente instrumental e abstrata, “economicisticamente” redutora dos bem mais amplos ideais do Iluminismo. Daí a necessidade da construção de uma outra racionalidade: “a ambiental”. Aos “ecologistas políticos”, contemplados nas ideias de Martínez-Alier, cabe apontar a ação política, conscientemente ancorada no ecologismo e nos ideais de justiça social, como tática de superação de um modelo de desenvolvimento que aprofunda problemas em escala global, repercutidos de diferentes formas, e que justamente por isso encontra nos distintos movimentos sociais a força propulsora da mudança social urgente. No que toca aos movimentos sociais, portanto, a argumentação tangencia a dos ecossocialistas.

Em relação à Economia Ecológica, representada aqui pelas ideias de Herman Daly, o problema da sustentabilidade pode ser traduzido, basicamente, em se encontrar velocidade e escala “ótimas” ao sistema produtivo, restringi-lo em parâmetros que respeitem os limites biofísicos do planeta, isto é, que se harmonizem à temporalidade da Natureza. De certa forma, portanto, estas ideias também apontam o modo de produção capitalista como a causa do encurtamento desses limites biofísicos. Contudo, embora o diagnóstico possa estar acertado, a receita nos soa equivocada, pois, esperar conter a velocidade de rotação do capital, bem como sua lógica expansiva é, acima de tudo, uma ilusão, pois contraria frontalmente a lógica desse sistema.

Da mesma forma, nos soa uma ilusão a perspectiva de construção de uma “racionalidade ambiental” através da orquestração de distintas visões de mundo, por vezes, inclusive, completamente divergentes. Ainda que concordemos que seja necessário superar as instituições típicas da modernidade, especialmente o seu modelo de racionalidade hegemônico, a forma proposta por Leff nos parece pouco



viável, haja vista sua expectativa de orquestrar forças sociais opostas, concatenando visões de mundo distintas e, mesmo, antagônicas. Se, por um lado, os economistas ecológicos esperam domesticar a “besta”, ao regular seu apetite, controlar sua velocidade de reprodução e restringir seu crescimento, por outro, o pensamento de Enrique Leff espera torná-la mais humanista, justa, quiçá, mediante uma espécie de “social democracia verde”, conduzida por uma versão romântica de conciliação de classes e de interesses absolutamente divergentes. No nosso entendimento, ambas as visões se mostram entusiasticamente inocentes.

Nos parece uma utopia esperar colocar as forças do capital sob rédeas, como se fosse possível, de fato, inverter a lógica da coisificação, que transforma sujeitos em objetos e degrada autofagicamente as condições de produção, sem romper com o modo de produção que se edifica sobre essa pilastra. A lógica do capital é a valorização do valor. E é exatamente aí que reside o problema da depleção dos recursos naturais, ou bens comuns. Nessa linha, entendemos que a corrente ecomarxista, ou ecossocialista, é a que aponta para o melhor rumo, pois, é a única que propõe a superação do modo de produção capitalista como desvio do abismo que se avizinha, a pleno vapor.

Desenvolvimento Sustentável à feição capitalista ressoa uma contradição, um oxímoro. Contudo, isto não significa que este conceito não possa ser reapropriado, ressignificado e aproveitado para aglutinar forças progressistas em torno de uma ideia guia: orientar a rota do devir histórico na direção de uma sociedade pós-capitalista verdadeiramente sustentável. Nos parece, portanto, que é preciso discutir e, sobretudo, disputar o significado do conceito de “Desenvolvimento Sustentável”.

Afinal, de acordo com Walter Benjamin, a revolução deveria ser definida não como a locomotiva da História, mas como a ação salvadora da humanidade, que puxa o freio de emergência antes que o trem se afunde no abismo.

Bibliografia

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento Sustentável: qual a estratégia para o Brasil? *Novos Estudos* 87, p. 97-113, 2010

BOOKCHIN, M. *La ecología de lalibertad: La emergencia y ladissoloción de lasjerarquías*. Madrid: Nossa y Jara, 1999.

BORON, A. *América Latina enla Geopolítica del Imperialismo*. Editorial HiruHondarribia, Buenos Aires, 2013.

BURKETT, P. Capitalization Versus Socialization of Nature. *CSN*, v. 6 (4), Dec. p. 92-100, 1995.



DACHARY, A.C. & BURNE, S.M.A. Ecologismo: la estrategia fracasada del capitalismo? Editorial Biblos: Buenos Aires, 2014.

DALY, H.E. Toward some operational principles of sustainable development. *Ecological Economics*, v.2, p. 1-6, 1990.

_____. *Beyond Growth: The Economics of Sustainable Development*. Boston: Beacon Press, 1996.

_____. Crescimento sustentável? Não, obrigado. *Ambiente e Sociedade* v. II (2), p. 197-201, jul-dez, 2004.

_____. Ecological economics: the concept of scale and its relation to allocation, distribution, and uneconomic growth. Discussion Paper: School of Public Affairs, University of Maryland, 1993. _____. Economics in a full world. *Scientific American* (September), p. 100-107, 2005.

_____. From a failed-growth economy to a steady-state economy. *Solutions* 1 (2), p. 37-43, February, 2010

EGRI, C.P.; PINFIELD, L.T. As organizações e a biosfera: ecologia e meio ambiente. In: CLEGG, S.T.; NORD, W.R.; HARDY, C. *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2001, v.1

EL SERAFY ET ALI. *Environmental accounting for sustainable development: selected papers from joint UNEP World Bank workshops*. 1989.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. *The state of the world's land and water resources for food and agriculture (SOLAW)*. London, 2011. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/017/i1688e/i1688e00.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. *Status of the World's Soil Resources*. London, 2015. 252 p. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i5199e.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

FERNÁNDEZ-JÁUREGUI, Carlos A. El agua como fuente de conflictos: Repaso de los focos de conflicto en el mundo. UNESCO, 2005. 17 p. Disponível em: <<http://www.unesco.org/uy/phi/biblioteca/files/original/7e9f775c1f72b80c1a02d0e5a1b9cce0.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

FOSTER, J.B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981

_____. *Tecnologia e Agricultura familiar*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999.

_____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira: Campinas*. Editora da UNICAMP, 1996

GUDYNAS, E. *Derechos de la naturaleza: Ética biocéntrica y políticas*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

HOBBSAWN, E.J. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 2014

IYER-RANIGA, U.; TRELOAR, G. A context for participation in sustainable development. *Environmental Management*, Oxford, v. 13, n.4, p. 349-361, oct. 2000.

JEZIORNY, D.L. *Territorialidade e Indicação Geográfica: estudo dos territórios do Vale dos Vinhedos (Bra) E Montilla-Moriles (Esp)*. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, 2015.



LEFF, E. A construção da racionalidade ambiental. In: LEFF, E. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 221-275.

LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Orgs.). Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond.

LÖWY, M. Ecosocialismo: La alternativa radical a la catástrofe ecológica capitalista. Buenos Aires: El Colectivo – Herramienta, 2011.

MARTÍNEZ-ALIER, J. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2015.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política, 6 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

_____. Miséria da Filosofia. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

_____. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

O'CONNOR, J. Capitalism, Nature, Socialism: A theoretical Introduction. CNS1, Fall, 1988.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Water for a sustainable world. World Water Development Report 2015, Paris, 2015. 139 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002318/231823E.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. World Employment and Social Outlook – Trends 2017. Geneva, 2017. 55p. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_541211.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

OZKAYNAK, B; DEVINE, P.; RIGBY, D. Operationalising strong sustainability: definitions, methodologies and outcomes. Environmental Values 13, p. 279-303, 2004.

ROMEIRO, A.R. Desenvolvimento Sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. Estudos Avançados. 2012.

SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal, 16ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008.

_____. Economia Espacial: críticas e alternativas, 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2011.

SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VEIGA, J. E. da. O principal desafio do século xxi. Ciência e Cultura (online), v. 57. n. 2, p. 4-5, 2005.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.